



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, fevereiro/2011

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Barbosa

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 1 (jan. 2011). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2070

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

---

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2011 foi superavitário em R\$ 14,1 bilhões, contra R\$ 14,4 bilhões em dezembro de 2010. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 17,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 124,7 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2011 foi superavitário em R\$ 14,1 bilhões, contra R\$ 14,4 bilhões em dezembro de 2010 e R\$ 13,9 bilhões em janeiro de 2010.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	DEZ 2010	2010	JAN 2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>97.919,3</b>	<b>73.901,3</b>	<b>90.870,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>66.913,3</b>	<b>59.663,6</b>	<b>73.644,7</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	67.554,1	60.490,8	74.088,3
I.1.1.1. Impostos	32.025,3	28.882,0	37.986,5
I.1.1.2. Contribuições	27.162,8	23.440,0	28.241,2
I.1.1.3. Demais	8.366,0	8.168,8	7.860,6
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-640,8	-822,0	-391,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-5,2	-51,9
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>30.523,7</b>	<b>14.076,0</b>	<b>17.115,8</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	30.030,5	13.720,4	16.741,7
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	493,2	355,6	374,1
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>482,3</b>	<b>161,7</b>	<b>109,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>16.713,8</b>	<b>10.650,6</b>	<b>15.553,2</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>81.205,5</b>	<b>63.250,7</b>	<b>75.316,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>66.794,4</b>	<b>49.381,4</b>	<b>61.219,0</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>39.415,9</b>	<b>31.427,3</b>	<b>40.847,0</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	18.724,0	14.222,6	15.718,7
IV.1.2. Custeio e Capital	20.552,4	17.126,2	25.039,4
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.474,4	1.425,6	2.053,8
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	279,3	965,9	1.794,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.902,1	1.587,6	1.970,0
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.896,7	13.147,1	19.221,2
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	8.612,3	10.287,2	13.921,7
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	7.284,4	2.859,9	5.299,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	139,4	78,5	88,9
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>27.048,9</b>	<b>17.784,4</b>	<b>20.137,7</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	21.247,4	13.954,1	15.694,8
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.801,5	3.830,3	4.442,9
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>329,6</b>	<b>169,7</b>	<b>234,3</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>14.411,0</b>	<b>13.869,2</b>	<b>14.097,9</b>
VI.1. Tesouro Nacional	10.783,6	17.585,7	17.244,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	3.474,8	-3.708,4	-3.021,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	8.783,1	-233,7	1.046,9
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-5.308,3	-3.474,7	-4.068,8
VI.3. Banco Central (6)	152,6	-8,0	-124,7
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>		<b>5,01%</b>	<b>4,53%</b>

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
<b>Receitas</b>	<b>17,6%</b>	<b>23,0%</b>
Tesouro	17,7%	23,4%
Previdência	17,0%	21,6%
<b>Transferências</b>	<b>1,8%</b>	<b>46,0%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>20,7%</b>	<b>19,1%</b>
<b>Despesas</b>	<b>2,0%</b>	<b>24,0%</b>
Benefícios	-3,2%	13,2%
Pessoal	-13,8%	10,5%
Custeio, Capital e Outros*	28,3%	46,2%
FAT	-2,7%	44,1%
Subsídios	-10,4%	85,8%
LOAS/RMV	14,5%	24,1%
Outras	39,6%	46,2%
Custeio	29,8%	35,3%
Capital	91,4%	85,3%
<b>PIB</b>	<b>14,8%</b>	<b>12,5%</b>

\*Inclui Capitalização da Petrobras

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O aumento da arrecadação em janeiro frente ao mês anterior ocorreu em razão de fatores sazonais da arrecadação dos principais tributos.

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 6,5 bilhões (9,7%), passando de R\$ 67,6 bilhões em dezembro de 2010 para R\$ 74,1 bilhões em janeiro de 2011. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) recolhimento, em janeiro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no trimestre anterior; ii) antecipação, em janeiro de 2011, do ajuste anual do IRPJ/CSLL referente ao lucro do ano anterior; iii) arrecadação semestral de IRRF-Rendimentos do Capital relativo a aplicações financeiras em fundos de renda fixa; iv) pagamento trimestral de *royalties* relativos à extração de petróleo; e v) crescimento da produção industrial, da venda de bens e da massa salarial, influenciando respectivamente a arrecadação do IPI, do PIS/Cofins e do IRRF-Rendimentos do Trabalho.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 15,6 bilhões em janeiro de 2011, contra R\$ 16,7 bilhões no mês anterior, apresentando redução de 6,9%. As transferências constitucionais registraram R\$ 11,6 bilhões, com redução de 18,3% frente a dezembro de 2010, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no primeiro decêndio de janeiro. As demais transferências cresceram R\$ 1,4 bilhão em janeiro decorrente do aumento de R\$ 1,5 bilhão na complementação da União ao Fundeb, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 - 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/10	JAN/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	14.144,6	11.562,1
CIDE-Combustíveis	-	477,4
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	650,0	162,5
Demais	1.919,2	3.351,2
<b>Total</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>

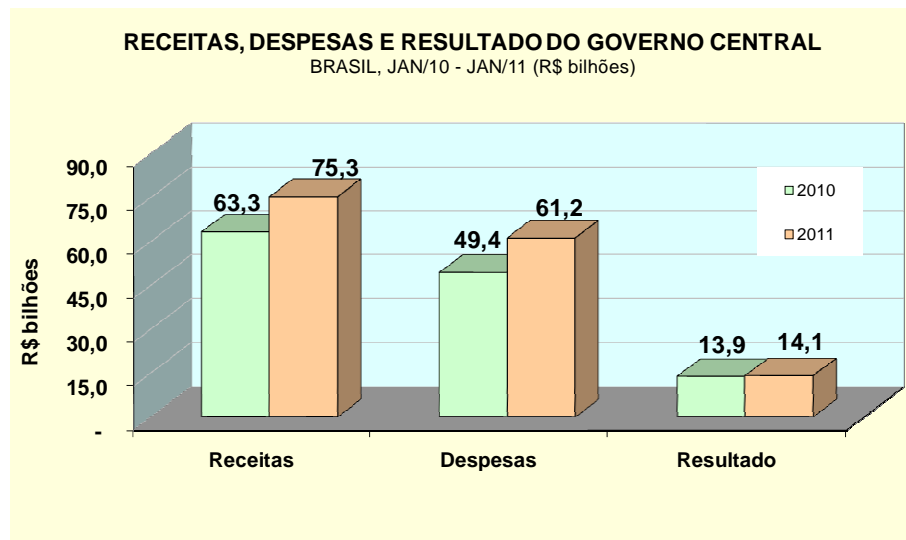
<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se o incremento de R\$ 1,4 bilhão (3,6%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a dezembro de 2010, explicada, principalmente, pelo crescimento de R\$ 4,5 bilhões nas despesas de custeio e capital, em parte compensado pela diminuição de R\$3,0 bilhões nas despesas com pessoal e encargos sociais. Cumpre destacar que o incremento observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao aumento de Outras Despesas de Custeio e Capital, em R\$ 3,3 bilhões e também ao incremento nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas, de R\$ 1,5 bilhão, determinado, sobretudo, pelo crescimento da execução do Pronaf, com variação de R\$ 932,9 milhões.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,0 bilhões, contra superávit de R\$ 3,5 bilhões apurado em dezembro. A despesa com benefícios apresentou queda sazonal, no valor de R\$ 6,9 bilhões, devido ao pagamento em dezembro da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas. A receita previdenciária, por sua vez, diminuiu R\$ 13,4 bilhões devido ao efeito sazonal da arrecadação, em dezembro, das contribuições sobre as gratificações natalinas aos trabalhadores. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,0 bilhão no mês, contra R\$ 8,8 bilhões em dezembro. A parcela rural registrou déficit de R\$ 4,1 bilhões em janeiro sendo que, em dezembro, esse valor havia atingido R\$ 5,3 bilhões.

Em comparação com janeiro de 2010, houve crescimento de R\$ 228,6 milhões no superávit apurado. Essa evolução reflete a diminuição de R\$ 341,2

milhões no superávit do Tesouro Nacional, a redução de R\$ 686,5 milhões no déficit da previdência e o crescimento de R\$ 116,7 milhões no déficit do Banco Central.



*Em janeiro de 2011 o superávit primário do Governo Central correspondeu a 4,53% do PIB.*

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
BRASIL, JAN (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	6,35%	5,54%
Previdência Social	-1,34%	-0,97%
Banco Central	0,00%	-0,04%
<b>Governo Central</b>	<b>5,01%</b>	<b>4,53%</b>

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 22,5% (R\$ 13,6 bilhões) relativamente a janeiro de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento no IRPJ e na CSLL devido, especialmente, à maior antecipação do recolhimento do ajuste anual, relativo a fatos geradores ocorridos no ano de 2010, pelas empresas optantes pela apuração do IR por estimativa anual; ii) aumento da arrecadação de IRRF especialmente nas rubricas Rendimentos do Capital e Rendimentos do Trabalho; iii) incremento na arrecadação de PIS e Cofins devido ao aumento no volume de vendas e nas importações; iv) crescimento da arrecadação de IPI devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária.

As despesas do Tesouro Nacional em janeiro de 2011 cresceram R\$ 9,4 bilhões frente ao mesmo período de 2010. Essa evolução decorreu, principalmente: i) do crescimento de R\$ 1,5 bilhão nas despesas com pessoal e encargos como efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e ii) do aumento de R\$ 7,9 bilhões nas despesas de custeio e capital, sendo R\$ 1,9 bilhão nas despesas do PAC e R\$ 3,6 bilhões nas despesas discricionárias. Cabe ressaltar, ainda, o crescimento de 85,3% (R\$ 2,4 bilhões) do valor total dos investimentos frente a janeiro de 2010.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em 18,5% (R\$ 686,5 milhões) relativamente a janeiro de 2010, alcançando R\$ 3,0 bilhões frente aos R\$ 3,7 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 3,0 bilhões (21,6%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pa-

*Os investimentos cresceram 85,3% (R\$ 2,4 bilhões) em 2011, em comparação com janeiro de 2010.*

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 9,7% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	DEZ/10	JAN/11
<b>Impostos</b>	<b>32.025,3</b>	<b>37.986,5</b>
Imposto de Renda	23.328,1	29.749,4
IPI	4.182,3	3.981,2
Outros	4.514,9	4.256,0
<b>Contribuições</b>	<b>27.162,8</b>	<b>28.241,2</b>
Collins	13.473,2	13.643,6
CPMF	10,3	4,8
CSLL	4.119,8	8.020,5
Cide - Combustíveis	660,9	727,2
Outras	8.898,6	5.845,1
<b>Demais</b>	<b>8.366,0</b>	<b>7.860,6</b>
Cota parte	1.146,6	3.823,5
Diretamente Arrecadada	3.064,1	2.715,9
Dividendos da União	2.641,8	2,3
Concessões	593,9	256,1
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	919,6	1.062,8
<b>Total Bruto</b>	<b>67.554,1</b>	<b>74.088,3</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e PIS foram distribuídos nos respectivos tributos.

gamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 2,4 bilhões (13,2%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,0 bilhão e a parcela rural registrou déficit de R\$ 4,1 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 74,1 bilhões em janeiro de 2011 contra R\$ 67,6 bilhões verificados em dezembro de 2010 (aumento de 9,7%). Este comportamento é explicado pelo crescimento de R\$ 6,0 bilhões (18,6%) na arrecadação de impostos e de R\$ 1,1 bilhão (4,0%) na de contribuições, parcialmente compensada pela redução de R\$ 505,4 milhões (6,0%) nas demais receitas.

Em janeiro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 38,0 bilhões e as de contribuições R\$ 28,2 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R\$ 7,0 bilhões (11,9%) em relação aos valores apurados em dezembro. Essa evolução reflete, sobretudo: i) o crescimento de R\$ 7,2 bilhões (83,8%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 3,9 bilhões (94,7%) na de CSLL, devido ao recolhimento em janeiro da primeira cota ou cota única desses tributos relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior, bem como à maior antecipação, em janeiro de 2011, do ajuste anual do IRPJ/CSLL referente ao lucro obtido no ano anterior; ii) crescimento de R\$ 1,3 bilhão (22,3%) na arrecadação de IRRF- Rendimentos do Trabalho; iii) diminuição de R\$ 3,9 bilhões (51,7%) na arrecadação de PIS/Pasep, devido à arrecadação atípica desse tributo ocorrida em dezembro; e iv) o decréscimo de R\$ 1,9 bilhão (34,6%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente da apuração semestral desse imposto sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa, com recolhimento nos meses de junho e dezembro, nos termos da Lei nº 10.892/2004, sem correspondente no mês de janeiro.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 505,4 milhões (6,0%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações: i) crescimento de R\$ 2,7 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em função do recolhimento trimestral, em janeiro, de participação especial relativa à exploração de petróleo; ii) diminuição de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação de dividendos; iii) redução de R\$ 348,2 milhões nas receitas diretamente arrecadadas; e iv) decréscimo de R\$ 337,8 milhões em receita de Concessões para exploração de serviços públicos.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 23,80% em janeiro de 2011, dos quais 12,20% correspondem à arrecadação de impostos, 9,07% à de contribuições e 2,53% às demais receitas.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Na comparação com janeiro de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 13,6 bilhões (22,5%), passando de R\$ 60,5 bilhões para R\$ 74,1 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial; e à maior antecipação, em 2011, do recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL referente ao lucro obtido em 2010.

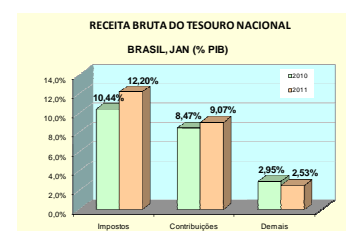
O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 4,0 bilhões (34,3%) no IRPJ e de R\$ 1,7 bilhão (26,7%) na CSLL, desempenho esse explicado por: i) pagamento do ajuste anual, relativo a fatos geradores ocorridos no ano de 2010, pelas empresas optantes pela apuração do IR por estimativa anual; e ii) aumento na arrecadação do lucro presumido, decorrente do aumento no volume de vendas de produtos e serviços no último trimestre do ano de 2010 frente ao mesmo período de 2009.
- crescimento de R\$ 2,8 bilhões (27,3%) no IRRF, devido, especialmente: i) ao aumento de R\$ 1,1 bilhão (47,2%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente dos aumentos nos impostos de renda incidentes nos juros sobre capital próprio e nas aplicações financeiras de renda fixa da pessoa jurídica e da pessoa física; ii) à elevação de R\$ 978,8 milhões (16,0%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 18,0% da massa salarial do mês de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009; e iii) ao crescimento de R\$ 538,3 milhões (53,9%) de IRRF- Rendimentos de Residentes no Exterior, influenciado pelos aumentos do imposto de renda incidente nos juros sobre capital próprio remetidos a não-residentes e do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza de residentes ou domiciliados no exterior.
- incremento de R\$ 2,1 bilhões (18,7%) na Cofins e de R\$ 594,0 milhões (19,6%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, aos determinantes a seguir: i) crescimento de 14,8% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 em relação a dezembro de 2009; e ii) acréscimo significativo de PIS/Cofins incidente sobre as importações.
- incremento de R\$ 1,1 bilhão (38,4%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 29,0% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 9,8% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 5,9% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido ao crescimento de 2,7% na produção industrial de dezembro de 2010 em relação a dezembro de 2009, do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e e-

*Em janeiro, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete o crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, o pagamento sazonal de tributos e de royalties de petróleo, e a alteração de legislação tributária.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2010	2011
<b>Impostos</b>	<b>10,44%</b>	<b>12,20%</b>
Imposto de Renda	8,16%	9,56%
IPI	1,04%	1,28%
Outros	1,23%	1,37%
<b>Contribuições</b>	<b>8,47%</b>	<b>9,07%</b>
Cofins	4,15%	4,38%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	2,29%	2,58%
Cide - Combustíveis	0,25%	0,23%
Outras	1,78%	1,88%
<b>Demais</b>	<b>2,95%</b>	<b>2,53%</b>
Cota parte	1,39%	1,23%
Diretamente Arrecadada	0,81%	0,87%
Dividendos da União	0,03%	0,00%
Concessões	0,08%	0,08%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,65%	0,34%
<b>Total Bruto</b>	<b>21,86%</b>	<b>23,80%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.





letrodomésticos, bem como da reclassificação por estimativa, de R\$ 149 milhões.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO		
BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Demais	8.168,8	7.860,6
Cota parte	3.837,3	3.823,5
Plano do Servidor (CPSS)	783,9	849,8
Diretamente Arrecadada	2.229,3	2.715,9
Dividendos da União	78,9	2,3
Concessões	233,5	256,1
Cessão Onerosa Exploração do Petróleo	-	-
Outras	1.006,0	213,0

## Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2010-2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Dez	Jan
Terceiro Decêndio	11.357,6	12.494,0
Primeiro Decêndio	7.285,8	4.190,1
Segundo Decêndio	6.649,7	7.871,8
<b>Total</b>	<b>25.293,1</b>	<b>24.556,0</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 - 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/10	JAN/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	14.144,6	11.562,1
CIDE-Combustíveis	-	477,4
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	650,0	162,5
Demais	1.919,2	3.351,2
<b>Total</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	2,78%	3,71%
CIDE - Combustíveis	0,16%	0,15%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,06%	0,05%
Demais	0,85%	1,08%
<b>Total</b>	<b>3,85%</b>	<b>5,00%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou diminuição de R\$ 308,2 milhões (3,8%), em relação a janeiro de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 793,0 milhões (78,8%) em outras receitas, explicado pela reclassificação de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela MP 470/09, no valor de R\$ 818,4 milhões para o IRPJ e o IPI; e ii) crescimento de R\$ 486,6 milhões (21,8%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações.

Em janeiro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 15,6 bilhões, contra R\$ 16,7 bilhões no mês anterior, apresentando decréscimo de R\$ 1,2 bilhão (6,9%). Esse comportamento resulta de: i) decréscimo de R\$ 2,6 bilhões (18,3%) frente a dezembro de 2010 nas transferências constitucionais, como impacto da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de janeiro; ii) diminuição de R\$ 487,5 milhões nas transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002, explicada pelo repasse, em dezembro, da 4ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações, com base na Medida Provisória nº 501/2010, sem correspondente em janeiro; iii) acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (318,1%) nas transferências da complementação ao Fundeb, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010; e iv) transferência, sem correspondência no mês anterior, de R\$ 477,4 milhões relativos à CIDE, correspondente à arrecadação trimestral apurada em dezembro de 2010, conforme disposto na legislação.

No comparativo de janeiro de 2011 contra janeiro de 2010, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 4,9 bilhões (46,0%), elevando-se de R\$ 10,7 bilhões em 2010 para R\$ 15,6 bilhões em 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 3,9 bilhões (50,4%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 1,6 bilhão (353,7%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010.

Em janeiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 40,8 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (3,6%) relativamente a dezembro. Ainda que se tenha observado redução de R\$ 3,0 bilhões (16,1%) na despesa de Pessoal e Encargos Sociais, o comportamento das despesas foi influenciado pelo acréscimo de R\$ 4,5 bilhões (21,8%) verificado nas despesas de Custeio e Capital.



As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento, em dezembro, da segunda parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) e das férias dos servidores do Poder Executivo, sem desembolso equivalente em janeiro.

O acréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao aumento de Outras Despesas de Custeio e Capital, em R\$ 3,3 bilhões (20,9%) e também ao incremento nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas de R\$ 1,5 bilhão (542,5%). Por outro lado, registrou-se diminuição nas despesas do FAT em R\$ 420,6 milhões (17,0%).

No caso das despesas do FAT, houve desembolso de R\$ 150,0 milhões para o programa benefícios de abono salarial PIS/Pasep no mês de janeiro, contra R\$ 317,0 milhões no mês anterior, conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. Ademais, os gastos com seguro desemprego passaram de R\$ 2,1 bilhões em janeiro de 2010, contra desembolso de R\$ 1,9 bilhão (10,4%) no mesmo período deste exercício.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o aumento das despesas decorreu, principalmente, da execução dos Programas: i) Pronaf, com variação de R\$ 932,9 milhões; ii) Proex, com desempenho a maior de R\$ 141,0 milhões; iii) Pesa, com variação de R\$ 94,3 milhões em relação ao mês anterior. O Programa Aquisição do Governo Federal – AGF, por sua vez, passou de um retorno líquido de R\$ 203,1 milhões para R\$ 73,8 milhões (variação de R\$ 129,3 milhões).

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 3,3 bilhões (20,9%) concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, que apresentaram aumento de R\$ 3,2 bilhões (28,7%) e com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujo incremento atingiu R\$ 338,1 milhões (12,9%). Dentre as despesas discricionárias, houve aumento no desembolso dos Ministérios da Educação (R\$ 837,0 milhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 570,1 milhões), e da Saúde (R\$ 536,8 milhões). Em contrapartida, houve diminuição no Ministério da Defesa de R\$ 960,8 milhões. Registre-se também o crescimento de R\$ 425,7 milhões (57,5%) nas despesas com crédito extraordinário.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 13,12% do PIB em janeiro, contra 11,35% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 9,4 bilhões (30,0%) em relação a 2010, destacando-se os incrementos de R\$ 7,9 bilhões (46,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 1,5 bilhão (10,5%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 - 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/10	JAN/11
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>18.724,0</b>	<b>15.718,7</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>20.552,4</b>	<b>25.039,4</b>
Despesas do FAT	2.474,4	2.053,8
Subsídios e Subvenções	279,3	1.794,5
LOAS/RMV	1.902,1	1.970,0
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0
Outras	15.896,7	19.221,2
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>139,4</b>	<b>88,9</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup> OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	DEZ/10	JAN/11
<b>Agricultura</b>	<b>-111,6</b>	<b>1.232,8</b>
Custeio Agropecuário	0,0	30,1
Investimento Rural	0,9	23,2
Preços Agrícolas	-154,9	101,9
- EGF	0,0	27,7
- AGF	-203,1	-73,8
- Sustent. de preços	48,2	148,0
Pronaf	10,9	943,7
Pesa	13,9	108,2
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	12,1	9,7
FUNCAFÉ	5,6	15,9
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-31,1</b>	<b>109,7</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,8	-2,0
Exportação (Proex)	-29,3	111,7
<b>Total</b>	<b>-142,7</b>	<b>1.342,6</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/10	JAN/11
Sentenças Judiciais	43,0	39,9
Legislativo	158,8	105,0
Judiciário	575,6	407,1
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	740,8	1.166,5
PAC <sup>2</sup>	2.610,9	2.948,9
Outras <sup>3</sup>	569,3	142,2
Discricionárias	11.198,4	14.411,6
d/q Min. da Saúde	4.055,8	4.592,7
Min. do Des. Social	1.228,4	1.798,5
Min. da Educação	1.688,4	2.525,4
Min. da Defesa	2.529,8	1.569,0
Min. da Ciência e Tec.	590,0	428,2
Min. do Des. Agrário	122,6	132,7
Min. da Justiça	277,2	219,7
Min. da Previdência	220,6	177,1
Min. dos Transportes	131,7	109,7
Min. das Cidades	81,9	38,4
Demais	271,9	2.820,1
<b>Total</b>	<b>15.896,7</b>	<b>19.221,2</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.  
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.162/2001.  
<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

**Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

DESpesas do Tesouro Nacional		
BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>11,35%</b>	<b>13,12%</b>
Pessoal e Encargos	5,14%	5,05%
Custeio e Capital	6,19%	8,04%
Despesas do FAT	0,52%	0,66%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,35%	0,58%
LOAS/RMV	0,57%	0,63%
Capitalização da Petrobras	0,00%	0,00%
Outras	4,75%	6,18%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 0,09 p.p em relação ao PIB no período, passando de 5,14% em 2010, para 5,05% em 2011. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal foi de R\$ 48,6 milhões (1,7%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (13,3%). Houve redução no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 45,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 6,19 p.p para 8,04 p.p. do PIB (acréscimo de 1,86 p.p.), explicados por: i) incremento de 1,43 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento de 0,23 p.p. nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,14 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT; e iv) elevação de 0,06 p.p. do PIB nos gastos com LOAS/RMV.

Em 2011, as despesas do FAT tiveram desempenho superior em relação ao mesmo período do ano anterior, com aumento de 44,1%. O acréscimo é decorrente do desembolso para pagamento do seguro desemprego no mês de janeiro de R\$ 1,9 bilhão frente à despesa de R\$ 1,4 bilhão em janeiro de 2010 (33,3%).

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 1,8 bilhão em janeiro de 2011, contra R\$ 965,9 milhões em janeiro de 2010, acréscimo de R\$ 828,5 milhões (85,5%). Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: i) Pronaf (crescimento de R\$ 920,7 milhões); ii) Proex (crescimento de R\$ 237,1 milhões); e iii) Pesa (incremento de R\$ 78,8 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF (variação de R\$ 333,4 milhões), do Fundo da Terra (diminuição de R\$ 227,1 milhões) e do Empréstimo do Governo Federal – EGF (decréscimo de R\$ 58,8 milhões). O desembolso com os fundos regionais passaram de R\$ 194,7 milhões em janeiro de 2010 para R\$ 451,9 milhões (crescimento de 132,1%) no mesmo período de 2011.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 382,4 milhões (24,1%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,68% e 5,88% do salário mínimo nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,0% no período de janeiro de 2011 relativamente a 2010. Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,8 milhão aos portadores de necessidades especiais.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup>		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Agricultura</b>	<b>787,5</b>	<b>1.232,8</b>
Custeio Agropecuário	3,0	30,1
Investimento Rural	7,9	23,2
Preços Agrícolas	467,3	101,9
- EGF	86,5	27,7
- AGF	259,6	-73,8
- Sustent. de preços	121,2	148,0
Pronaf	23,0	943,7
Pesa	29,4	108,2
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrta	236,9	9,7
FUNCAFÉ	20,0	15,9
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-127,1</b>	<b>109,7</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,7	-2,0
Exportação (Proex)	-125,3	111,7
<b>Total</b>	<b>660,4</b>	<b>1.342,6</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

<sup>2</sup> Dados revisados

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
jan/01	1.220.788	-	408.697	-	812.091	-
jan/02	1.351.660	11%	478.651	17%	873.009	8%
jan/03	1.570.534	16%	590.168	23%	980.366	12%
jan/04	1.710.521	9%	671.477	14%	1.039.044	6%
jan/05	2.076.789	21%	943.162	40%	1.133.627	9%
jan/06	2.297.843	11%	1.076.416	14%	1.221.427	8%
jan/07	2.489.025	8%	1.190.487	11%	1.298.538	6%
jan/08	2.700.283	8%	1.305.082	10%	1.395.201	7%
jan/09	2.952.721	9%	1.432.494	10%	1.520.227	9%
jan/10	3.182.160	8%	1.545.184	8%	1.636.976	8%
jan/11	3.415.706	7%	1.628.604	5%	1.787.102	9%

*Em 2011, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 2,4 bilhões (85,3%) em relação ao mesmo período de 2010.*

*O PAC apresentou incremento de R\$ 1,9 bilhão (176,4%) em relação ao mesmo período de 2010.*

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 6,1 bilhões (46,2%) em janeiro em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 3,6 bilhões (32,9%) e o Programa de Aceleração do Crescimento, com elevação de R\$ 1,9 bilhão (176,4%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (incremento de R\$ 987,1 milhões), da Defesa (crescimento de R\$ 434,9 milhões), da Saúde (acrécimo de R\$ 414,7 milhões) e de Ciência e Tecnologia (incremento de R\$ 265,2 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 5,3 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 2,4 bilhões (85,3%) em relação ao mesmo período de 2010.

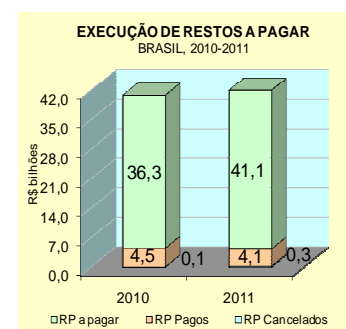
O montante pago de restos a pagar (RP) em janeiro de 2011, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 4,1 bilhões, equivalentes a 9,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 11,0 % no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 1,2 bilhão refere-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 4,2% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente nos Ministérios da Educação (total de R\$ 1,3 bilhão), destacando os projetos REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidades Federais (R\$ 71,1 milhões) e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional (R\$ 61,4 milhões); da Saúde (R\$ 947,7 milhões), com destaque para os projetos de Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 26,5 milhões) e Operações de Assistência Especial no Exterior (R\$ 25,6 milhões), e da Defesa (R\$ 570,6 milhões), destacando os projetos Aquisição e Modernização de Meios Aeronavais (R\$ 134,2 milhões), Construção de Submarinos (R\$ 80,3 milhões) e Aquisição de Aeronaves (R\$ 58,2 milhões).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Sentenças Judiciais	9,1	39,9
Legislativo	73,5	105,0
Judiciário	361,6	407,1
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	339,3	1.166,5
PAC <sup>2</sup>	1.066,8	2.948,9
Outras <sup>3</sup>	456,6	142,2
Discricionárias	10.840,1	14.411,6
d/q Min. da Saúde	4.178,0	4.592,7
Min. do Des. Social	1.767,7	1.798,5
Min. da Educação	1.538,4	2.525,4
Min. da Defesa	1.134,1	1.569,0
Min. da Ciência e Tec.	163,0	428,2
Min. do Des. Agrário	213,0	132,7
Min. da Justiça	229,1	219,7
Min. da Previdência	74,6	177,1
Min. dos Transportes	203,1	109,7
Min. das Cidades	64,4	38,4
Demais	1.275,0	2.820,1
<b>Total</b>	<b>13.147,1</b>	<b>19.221,2</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, assistidos, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.



## Previdência Social

Em janeiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,0 bilhões, contra um superávit de R\$ 3,5 bilhões em dezembro. A despesa previdenciária diminuiu como resultado do efeito sazonal do pagamento, em dezembro, da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas. Por sua vez, a arrecadação também reduziu em decorrência da sazonalidade das contribuições, ocorridas em dezembro, incidentes sobre o pagamento das gratificações natalinas aos trabalhadores. Em relação a janeiro do ano anterior, o déficit previdenciário reduziu R\$ 686,5 milhões em termos nominais e 0,37% em percentual do PIB.

*Em janeiro de 2011, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 3,0 bilhões, contra um superávit de R\$ 3,5 bilhões em dezembro de 2010.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	14.076,0	17.115,8	21,6%
Urbano	13.720,4	16.741,7	22,0%
Rural	355,6	374,1	5,2%
Benefícios	17.784,4	20.137,7	13,2%
Urbano	13.954,1	15.694,8	12,5%
Rural	3.830,3	4.442,9	16,0%
Res. Primário	-3.708,4	-3.021,9	-18,5%
Urbano	-233,7	1.046,9	-547,9%
Rural	-3.474,7	-4.068,8	17,1%

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO	DEZ		JAN	
	2010	2011	2010	2011
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>30.523,7</b>	<b>17.115,8</b>	<b>14.076,0</b>	<b>17.115,8</b>
Arrecadação Bruta	32.416,0	20.423,3	16.821,8	20.423,3
- Contribuição Previdenciária	30.251,4	18.108,1	15.061,7	18.108,1
- Simples	1.873,9	2.031,3	1.605,1	2.031,3
- CFT	57,0	43,2	53,3	43,2
- Depósitos Judiciais	222,8	230,0	90,1	230,0
- Refis	11,0	10,7	11,6	10,7
(-) Restituição/Devolução	-58,4	-31,6	-12,2	-31,6
(-) Transferências a Terceiros	-1.833,9	-3.276,0	-2.733,5	-3.276,0
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>27.048,9</b>	<b>20.137,7</b>	<b>17.784,4</b>	<b>20.137,7</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>3.474,8</b>	<b>-3.021,9</b>	<b>-3.708,4</b>	<b>-3.021,9</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,34%</b>	<b>-0,97%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social em janeiro totalizou R\$ 17,1 bilhões, apresentando redução de R\$ 13,4 bilhões frente aos ingressos líquidos de dezembro de 2010. Essa redução decorreu da arrecadação, em dezembro, das contribuições previdenciárias sobre a folha salarial relativas ao 13º salário. Em relação a janeiro de 2010, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 3,0 bilhões (21,6%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. A variação nominal da massa salarial apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), do mês de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009 apresentou crescimento de 17,98%.

As despesas com benefícios alcançaram o valor de R\$ 20,1 bilhões em janeiro, apresentando uma diminuição de R\$ 6,9 bilhões em relação a dezembro de 2010. O efeito sazonal mencionado anteriormente explica essa redução. Em relação a janeiro de 2010, houve aumento R\$ 2,4 bilhões (13,2%).

*Comparativamente a janeiro de 2010, o déficit previdenciário diminuiu R\$ 686,5 milhões em termos nominais.*

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 537,0 mil aposentadorias (3,5%), de 172,1 mil pensões por morte (2,6%) e 197,9 mil benefícios de auxílio-doença (16,7%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

Em mil benefícios

	DEZ		JAN	
	2010	2011	2010	2011
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>24.427</b>	<b>24.436</b>	<b>23.521</b>	<b>24.436</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>23.599</b>	<b>23.612</b>	<b>22.733</b>	<b>23.612</b>
Aposentadorias	15.606	15.637	15.107	15.637
Idade	8.162	8.179	7.878	8.179
Invalidez	2.958	2.960	2.903	2.960
Tempo de contribuição	4.487	4.498	4.327	4.498
Pensão por morte	6.631	6.641	6.468	6.641
Auxílio-Doença	1.229	1.206	1.037	1.206
Salário - maternidade	73	67	69	67
Outros	59	60	53	60
<b>Acidentários</b>	<b>828</b>	<b>824</b>	<b>787</b>	<b>824</b>
Aposentadorias	166	167	160	167
Pensão por morte	125	125	127	125
Auxílio - doença	183	179	151	179
Auxílio - acidente	281	281	275	281
Auxílio - suplementar	72	72	74	72

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA**  
BRASIL, MÉDIA JAN-JAN

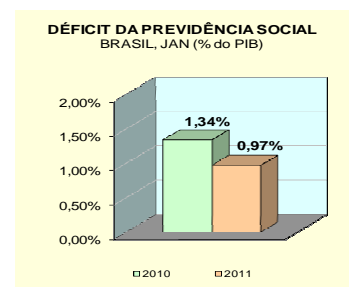
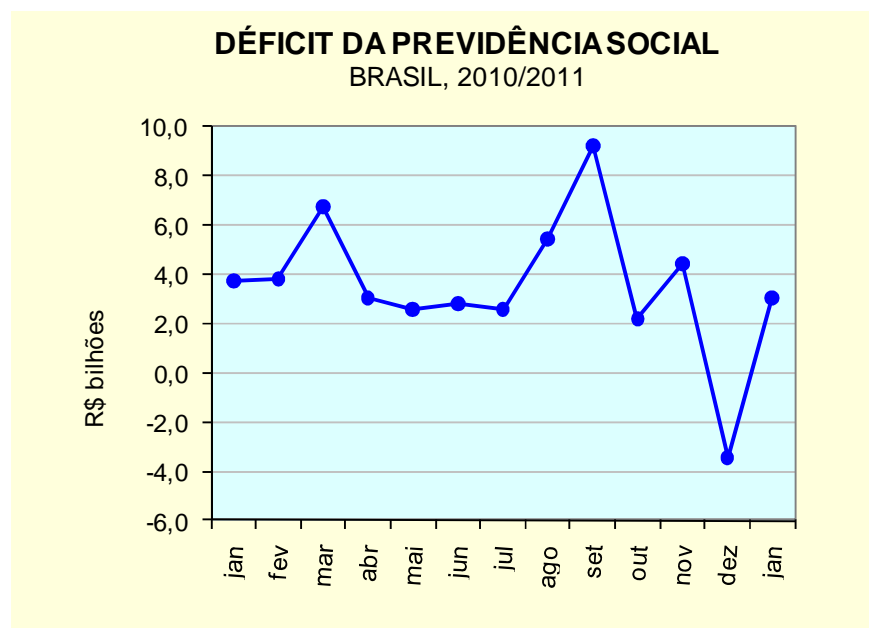
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,5	24,4	3,9%
Valor médio RGPS**	710,9	760,4	7,0%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

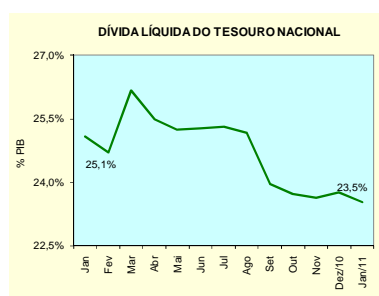
**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
BRASIL, JAN (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,09%	5,50%
Urbano	4,96%	5,38%
Rural	0,13%	0,12%
Benefícios	6,43%	6,47%
Urbano	5,04%	5,04%
Rural	1,38%	1,43%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,34%</b>	<b>-0,97%</b>
Urbano	-0,08%	0,34%
Rural	-1,26%	-1,31%

Como proporção do PIB, em relação a 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,41 p.p. e dos gastos com benefícios previdenciários em 0,04 p.p.. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,34% para 0,97% do PIB, 0,37 p.p. menor que o registrado no ano anterior.



*Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 910,8 bilhões, o equivalente a 23,5% do PIB, reduzindo-se em 1,5 p.p em relação a janeiro de 2010.*



## DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 910,8 bilhões em janeiro, o equivalente a 23,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 640,6 milhões, em termos nominais, consequência da elevação de 4,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensada em parte pela redução de R\$ 3,6 bilhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve diminuição de 0,2 p.p no mês.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011
	JAN	DEZ	JAN
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>711.372</b>	<b>820.336</b>	<b>824.552</b>
I.1. Dívida Interna	1.949.888	2.297.926	2.226.341
I.2. Haveres Internos	1.238.516	1.477.591	1.401.789
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>101.635</b>	<b>89.790</b>	<b>86.214</b>
II.1. Dívida Externa	101.928	90.097	86.492
II.2. Haveres Externos	293	307	278
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>813.007</b>	<b>910.126</b>	<b>910.766</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>25,1%</b>	<b>23,8%</b>	<b>23,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,5 p.p, passando de 25,1% em janeiro de 2010 para 23,5% em janeiro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 97,8 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 113,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 15,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

## Dívida Interna Líquida

*A Dívida Interna Líquida reduziu 0,6 p.p. do PIB em comparação a janeiro de 2010.*

No mês de janeiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 824,6 bilhões, o equivalente a 21,3% do PIB. O aumento de R\$ 4,2 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela redução de R\$ 75,8 bilhões nos haveres internos, o que superou a diminuição de R\$ 71,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, teve decréscimo de 0,6 p.p., passando de 21,9% para 21,3%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 711,4 bilhões em janeiro de 2010 para R\$ 824,6 bilhões em janeiro de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 276,5 bilhões no estoque da



dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 163,3 bilhões nos haveres internos.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

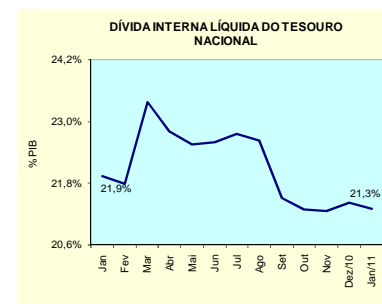
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010		2011
	JAN	DEZ	JAN
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.949.888</b>	<b>2.297.926</b>	<b>2.226.341</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.933.134	2.283.877	2.212.626
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.355.728	1.603.940	1.542.503
DPMFi em Poder do Banco Central	600.726	703.203	698.963
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(23.320)	(23.266)	(28.839)
I.2. Demais Obrigações Internas	16.754	14.050	13.715
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.238.516</b>	<b>1.477.591</b>	<b>1.401.789</b>
II.1. Disponibilidades Internas	323.739	405.214	323.948
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	437.877	471.705	472.794
II.3. Haveres da Administração Indireta	220.090	235.227	238.996
II.4. Haveres Administrados pela STN	256.810	365.445	366.050
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>711.372</b>	<b>820.336</b>	<b>824.552</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,9%</b>	<b>21,4%</b>	<b>21,3%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em janeiro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, diminuiu R\$ 71,3 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, houve redução de 2,5 p.p.). Essa diminuição da DPMFi pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 87,9 bilhões ocorrido no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 22,2 bilhões. Em relação a janeiro do ano anterior, houve aumento de R\$ 279,5 bilhões em termos nominais e redução de 2,5 p.p. em proporção do PIB, passando de 59,6% para 57,2% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve diminuição no mês de R\$ 61,4 bilhões, associado ao resgate líquido de R\$ 76,8 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 15,4 bilhões. Na carteira do Banco Central, a redução foi de R\$ 4,2 bilhões, devido ao resgate líquido de R\$ 11,0 bilhões e à apropriação de juros de R\$ 6,8 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com a diminuição no estoque de LTN no montante de R\$ 63,2 bilhões e de NTN-F em R\$ 17,5 bilhões.

**DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, 2010/2011**

Título	R\$ bilhões		
	2010		2011
	JAN	DEZ	JAN
Em Poder do Público	1.356	1.604	1.543
LFT	517	522	533
LTN	215	355	292
NTN-B	341	374	383
NTN-C	57	65	64
NTN-F	186	254	236
Demais <sup>1</sup>	39	35	35
Aplic. em Tít. Púb.	-23	-23	-29
Na carteira do BCB	601	703	699
<b>Total</b>	<b>1.933</b>	<b>2.284</b>	<b>2.213</b>
<b>% PIB</b>	<b>59,6%</b>	<b>59,6%</b>	<b>57,2%</b>

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.



**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, JAN/2011**

					R\$ bilhões
Título	Saldo Dez/10	Fatores de Variação <sup>11</sup>			Saldo Jan/11
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.603,9	36,8	(113,64)	15,4	1.542,5
LFT	521,7	6,9	(0,02)	4,5	533,0
LTN	354,7	21,1	(86,96)	2,6	291,5
NTN-B	374,1	6,6	(2,37)	4,6	382,9
NTN-C	64,7	0,0	(1,93)	1,0	63,7
NTN-F	253,6	1,9	(21,70)	2,3	236,1
Demais <sup>14</sup>	35,2	0,3	(0,65)	0,3	35,2
Na carteira do BCB	703,2	35,9	(46,95)	6,8	699,0
<b>Total</b>	<b>2.307,1</b>	<b>72,7</b>	<b>(160,59)</b>	<b>22,2</b>	<b>2.241,5</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Discriminação	2010			2011
	JAN	DEZ	JAN	JAN
Lei 9.496/97	316,7	350,1	351,4	
MP 2.185/01	50,6	55,8	56,0	
Lei 8.727/93	37,3	33,9	33,5	
Antecipação de Royalties	11,1	10,4	10,3	
Bônus Renegociados	6,5	5,2	5,3	
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0	
Demais Haveres	15,7	16,3	16,3	
<b>Total</b>	<b>437,9</b>	<b>471,7</b>	<b>472,8</b>	
% PIB	13,5%	12,3%	12,2%	

Os haveres internos do Tesouro Nacional reduziram R\$ 75,8 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a diminuição de R\$ 81,3 bilhões nas disponibilidades internas em decorrência de resgate de títulos, parcialmente compensada pela elevação em R\$ 3,8 bilhões nos haveres da administração indireta, R\$ 1,1 bilhão nos haveres junto aos governos regionais e R\$ 604,9 milhões nos haveres administrados pela STN.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INDIRETA**  
**BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Entidade	2010		2011
	JAN	DEZ	JAN
FAT	139,2	147,7	147,0
Fundos Regionais	51,8	58,1	58,7
Demais	29,1	29,4	33,4
<b>Total</b>	<b>220,1</b>	<b>235,2</b>	<b>239,0</b>

O aumento de R\$ 3,8 bilhões nos haveres da administração indireta deve-se ao crescimento de R\$ 4,0 bilhões nos saldos dos Fundos Diversos e redução de R\$ 756,0 milhões nos haveres do FAT.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas elevaram-se em R\$ 1,6 bilhão em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de dezembro foi de 0,4%.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 401,3 milhões naqueles decorrentes de operações estruturadas, de R\$ 273,6 milhões no saldo dos haveres de legislação específica e redução de R\$ 67,9 milhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

## Dívida Externa Líquida

Em janeiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 86,2 bilhões, contra R\$ 89,8 bilhões em dezembro. Houve redução de R\$ 3,6

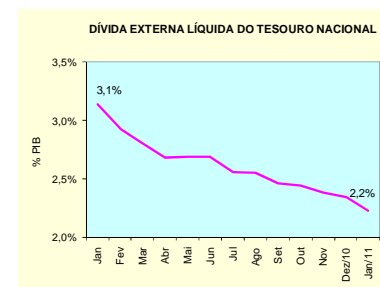
bilhões em termos nominais e a variação em relação ao PIB foi de 0,1 p.p. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 4,2 bilhões, ocorrido no mês, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 393,0 milhões e a variação cambial no montante de R\$ 230,7 milhões.

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011
	JAN	DEZ	JAN
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>101.928</b>	<b>90.097</b>	<b>86.492</b>
I.1. Dívida Mobiliária	80.386	69.394	66.058
Euro	9.619	6.634	4.735
Global US\$	60.085	50.355	49.672
Global BRL	10.443	12.247	11.492
Demais	239	158	160
I.2. Dívida Contratual	21.542	20.703	20.433
Organismos Internacionais	17.963	16.870	16.849
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.579	3.833	3.585
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>293</b>	<b>307</b>	<b>278</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	293	307	278
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>101.635</b>	<b>89.790</b>	<b>86.214</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>3,1%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 15,4 bilhões, passando de R\$ 101,6 bilhões em janeiro de 2010 para R\$ 86,2 bilhões em janeiro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,9 p.p.

*Em janeiro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 86,2 bilhões, equivalentes a 2,2% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,9 p.p. do PIB.*

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, JAN/2011**

Discriminação	Estoque Dez/10	Fatores de Variação				Estoque Jan/11
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>3</sup></b>	<b>69.394</b>	<b>0</b>	<b>(4.063)</b>	<b>366</b>	<b>361</b>	<b>66.058</b>
Global US\$	50.355	0	(1.305)	422	201	49.672
Euro	6.634	0	(2.113)	55	159	4.735
Global BRL	12.247	0	(644)	(111)	0	11.492
Demais	158	0	0	1	1	160
<b>Dívida Contratual</b>	<b>20.703</b>	<b>7</b>	<b>(173)</b>	<b>27</b>	<b>(130)</b>	<b>20.433</b>
Org. Internacionais	16.870	7	(159)	11	119	16.849
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.833	0	(14)	16	(249)	3.585
<b>Total</b>	<b>90.097</b>	<b>7</b>	<b>(4.235)</b>	<b>393,0</b>	<b>230,7</b>	<b>86.492</b>

<sup>1</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

<sup>2</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

<sup>3</sup> A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 76,4% (R\$ 66,1 bilhões); e a dívida contratual representa 23,6% (R\$ 20,4 bilhões).

## **Anexos**

### ***a) Lista de Abreviaturas***

#### ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Receitas Primárias do Governo Central

**Tabela A3** – Despesas primárias do Governo Central

**Tabela A4** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A5** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

#### ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A6** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A8** – Haveres do Tesouro Nacional

#### ***d) Outras Informações***

**Tabela A9** – Investimento do Governo Federal por Órgão em Janeiro 2011/2010

#### ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

	Jan/2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>73.901,3</b>	<b>57.112,3</b>	<b>62.552,4</b>	<b>78.572,7</b>	<b>65.500,6</b>	<b>61.465,1</b>	<b>68.564,1</b>	<b>69.816,5</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>	<b>71.091,4</b>	<b>97.919,3</b>	<b>90.870,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>59.663,6</b>	<b>41.706,2</b>	<b>46.494,7</b>	<b>62.057,1</b>	<b>48.731,4</b>	<b>44.695,1</b>	<b>51.526,6</b>	<b>52.288,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>53.040,9</b>	<b>66.913,3</b>	<b>73.644,7</b>
I.1.1. Receita Bruta	60.490,8	42.035,3	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.088,3
- Impostos	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5
- Contribuições	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2
- Demais <sup>1</sup>	8.168,8	7.022,8	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.860,6
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.076,0</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>17.920,1</b>	<b>30.523,7</b>	<b>17.115,8</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>2</sup>	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural <sup>2</sup>	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>161,7</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>	<b>130,4</b>	<b>482,3</b>	<b>109,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.650,6</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>	<b>12.638,8</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>3</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5
II.3. Transferências da Cide	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4
II.4. Demais	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-III)</b>	<b>63.250,7</b>	<b>44.159,1</b>	<b>53.537,5</b>	<b>66.966,1</b>	<b>51.548,4</b>	<b>50.484,8</b>	<b>60.000,3</b>	<b>57.808,4</b>	<b>129.343,9</b>	<b>62.337,8</b>	<b>58.452,5</b>	<b>81.205,5</b>	<b>75.316,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>49.381,4</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.091,4</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.053,4</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.540,5</b>	<b>57.423,8</b>	<b>66.794,4</b>	<b>61.219,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>4</sup></b>	<b>14.222,6</b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>	<b>14.974,2</b>	<b>18.724,0</b>	<b>15.718,7</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>17.784,4</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>22.344,6</b>	<b>27.048,9</b>	<b>20.137,7</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	13.954,1	14.852,3	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	3.830,3	4.136,1	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>17.126,2</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.935,4</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.147,0</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.473,0</b>	<b>19.717,1</b>	<b>20.552,4</b>	<b>25.039,4</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8
- Abono e Seguro Desemprego	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1
- Demais Despesas do FAT	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>4</sup>	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.794,5
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	451,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>5</sup>	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.147,1	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2
- Outras Despesas de Custeio	10.287,2	6.816,8	10.875,4	10.933,7	11.726,1	9.413,2	11.569,5	9.371,8	11.387,9	11.740,5	11.355,2	8.612,3	13.921,7
- Outras Despesas de Capital <sup>6</sup>	2.859,9	2.581,6	4.071,8	3.289,7	3.888,1	3.940,9	4.512,5	2.821,0	4.247,2	3.891,1	3.718,3	7.284,4	5.299,5
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>78,5</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>	<b>105,8</b>	<b>139,4</b>	<b>88,9</b>	<b>88,9</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>169,7</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>	<b>282,1</b>	<b>329,6</b>	<b>234,3</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB<sup>7</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>13.869,2</b>	<b>-1.181,2</b>	<b>-4.553,9</b>	<b>16.599,7</b>	<b>-505,0</b>	<b>668,0</b>	<b>779,0</b>	<b>4.005,5</b>	<b>26.018,2</b>	<b>7.797,3</b>	<b>1.028,7</b>	<b>14.411,0</b>	<b>14.097,9</b>
VI.1. Tesouro Nacional	17.585,7	2.569,6	2.288,5	19.692,4	2.123,9	3.517,8	3.390,7	9.506,6	35.195,8	10.087,2	5.604,9	10.783,6	17.244,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) <sup>8</sup>	-3.708,4	-3.781,1	-6.726,4	-3.011,8	-2.589,5	-2.778,3	-2.565,6	-5.415,6	-9.191,1	-2.172,6	-4.424,4	3.474,8	-3.021,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>2</sup>	-233,7	31,8	-1.847,6	876,6	1.223,3	1.168,4	1.186,3	-749,6	-4.556,8	1.692,9	193,3	8.783,1	1.046,9
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>2</sup>	-3.474,7	-3.812,9	-4.878,8	-3.888,4	-3.812,8	-3.946,7	-3.751,9	-4.666,0	-4.634,3	-3.865,6	-4.617,7	-5.308,3	-4.068,8
VI.3. Banco Central <sup>9</sup>	-8,0	30,3	-116,0	-80,9	-39,3	-71,6	-46,1	-85,5	13,6	-117,3	-151,8	152,6	-124,7
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>10</sup></b>	<b>155,5</b>	<b>0,0</b>	<b>3,6</b>	<b>60,4</b>	<b>150,8</b>	<b>148,5</b>	<b>146,8</b>	<b>125,2</b>	<b>141,9</b>	<b>121,1</b>	<b>164,2</b>	<b>139,7</b>	<b>140,3</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-486,9</b>	<b>480,2</b>	<b>638,0</b>	<b>-132,0</b>	<b>-1.077,2</b>	<b>-70,8</b>	<b>-313,0</b>	<b>-672,9</b>	<b>-566,7</b>	<b>-685,5</b>	<b>462,0</b>	<b>853,4</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)<sup>11</sup></b>	<b>13.537,9</b>	<b>-701,0</b>	<b>-3.912,3</b>	<b>16.528,2</b>	<b>-1.431,4</b>	<b>745,7</b>	<b>612,8</b>	<b>3.457,9</b>	<b>25.593,5</b>	<b>7.233,0</b>	<b>1.654,9</b>	<b>15.404,2</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS<sup>11</sup></b>	<b>-11.757,5</b>	<b>-8.150,6</b>	<b>-10.698,7</b>	<b>-9.473,7</b>	<b>-10.874,5</b>	<b>-7.159,0</b>	<b>-13.208,7</b>	<b>-12.589,3</b>	<b>-9.393,9</b>	<b>-8.998,6</b>	<b>-11.631,0</b>	<b>-10.573,3</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)<sup>11</sup></b>	<b>1.780,3</b>	<b>-8.851,6</b>	<b>-14.611,0</b>	<b>7.054,5</b>	<b>-12.305,9</b>	<b>-6.413,3</b>	<b>-12.595,9</b>	<b>-9.131,4</b>	<b>16.199,6</b>	<b>-1.765,6</b>	<b>-9.976,1</b>	<b>4.830,9</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9
RMV <sup>6</sup>	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4

<sup>1</sup> Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>2</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>3</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>4</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>5</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>6</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>7</sup> Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao

<sup>8</sup> valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

<sup>9</sup> Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

<sup>10</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>11</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>12</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaípu com o Tesouro Nacional.

<sup>13</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>73.901,3</b>	<b>57.112,3</b>	<b>62.552,4</b>	<b>78.572,7</b>	<b>65.500,6</b>	<b>61.465,1</b>	<b>68.564,1</b>	<b>69.816,5</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>	<b>71.091,4</b>	<b>97.919,3</b>	<b>90.870,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>59.663,6</b>	<b>41.706,2</b>	<b>46.494,7</b>	<b>62.057,1</b>	<b>48.731,4</b>	<b>44.695,1</b>	<b>51.526,6</b>	<b>52.288,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>53.040,9</b>	<b>66.913,3</b>	<b>73.644,7</b>
I.1.1. Receita Bruta	60.490,8	42.035,3	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.088,3
I.1.1.1. Impostos	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5
IR	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4
IR - Pessoa Física	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9
IR - Pessoa Jurídica	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8
IR - Retido na Fonte	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3
IRRF - Rendimentos do Capital	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4
IRRF - Remessas ao Exterior	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3
IRRF - Outros Rendimentos	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3	586,7	541,6	614,1	743,6
IPI	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2
IPI - Fumo	339,9	318,6	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6
IPI - Bebidas	283,2	181,6	168,7	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0
IPI - Automóveis	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4
IPI - Vinculado a importação	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2
IPI - Outros	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0
IOF	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.874,9	2.516,6	2.549,3	2.368,1
Imposto de Importação	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0
Outros	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9
I.1.1.2. Contribuições	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2
COFINS	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6
CPMF	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8
CSLL	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5
CIDE-Combustíveis	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5	551,6	682,0	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2
Pis/Pasep	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6
Salário Educação	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3
Outras	462,8	304,0	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2
I.1.1.3. Demais	8.168,8	7.022,8	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.860,6
CPSS <sup>1</sup>	783,9	762,4	761,2	773,1	790,4	766,5	831,0	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8
Cota parte de compensações financeiras	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.127,3	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5
Diretamente arrecadadas	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.715,9
Concessões	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1
Dividendos	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.006,0	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0
I.1.2. (-) Restituições	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.076,0</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>17.920,1</b>	<b>30.523,7</b>	<b>17.115,8</b>
Urbana	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7
Rural	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>161,7</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>	<b>130,4</b>	<b>482,3</b>	<b>109,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.650,6</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>	<b>12.638,8</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>2</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5
II.3. Transferências da Cide	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4
II.4. Demais	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2
II.4.1. Salário Educação	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8
II.4.3. Fundef/Fundeb	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0
II.4.4. Outras	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

**TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jan/2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2011
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>49.381,4</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.091,4</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.053,4</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.540,5</b>	<b>57.423,8</b>	<b>66.794,4</b>	<b>61.219,0</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>14.222,6</b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>	<b>14.974,2</b>	<b>18.724,0</b>	<b>15.718,7</b>
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>17.784,4</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>22.344,6</b>	<b>27.048,9</b>	<b>20.137,7</b>
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	13.954,1	14.852,3	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	3.830,3	4.136,1	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>17.126,2</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.935,4</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.147,0</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.473,0</b>	<b>19.717,1</b>	<b>20.552,4</b>	<b>25.039,4</b>
I.3.1. Despesa do FAT	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.794,5
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6
Equalização de custeio agropecuário	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4</sup>	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2
Política de preços agrícolas	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7
Equalização Aquisições do Governo Federal	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8
Garantia à Sustentação de Preços	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0
Pronaf	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2
Proex	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6</sup>	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>5</sup>	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7
Funcafé	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5</sup>	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0
Capitalização à Emgea	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	451,9
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>7</sup>	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0
I.3.4. Capitalização da Petrosbras	-	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.147,1	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1
Legislativo	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0
Judiciário	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	339,3	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.066,8	1.215,6	1.750,2	1.392,4	1.755,2	1.828,1	1.624,9	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	456,6	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2
I.3.5.6. Discricionárias	10.840,1	7.535,3	11.916,8	9.648,2	11.080,7	10.204,1	12.897,1	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6
<b>I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>78,5</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>94,8</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>	<b>105,8</b>	<b>139,4</b>	<b>88,9</b>
<b>I.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>169,7</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>	<b>282,1</b>	<b>329,6</b>	<b>234,3</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9
RMV <sup>7</sup>	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

1 Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

2 Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

3 Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4 Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

5 Concessão de empréstimos menos retornos.

6 Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7 Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.



**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	Jan/2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2011
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>52.555,0</b>	<b>68.644,6</b>	<b>62.503,3</b>	<b>67.956,8</b>	<b>73.282,3</b>	<b>62.798,6</b>	<b>62.136,1</b>	<b>73.263,8</b>	<b>73.289,8</b>	<b>67.718,2</b>	<b>80.502,3</b>	<b>108.491,5</b>	<b>60.893,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.054,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9
I.5 - Receita do Salário Educação	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>84.376,8</b>	<b>68.288,0</b>	<b>74.816,2</b>	<b>66.089,0</b>	<b>74.219,6</b>	<b>76.455,3</b>	<b>71.999,1</b>	<b>87.370,1</b>	<b>64.938,1</b>	<b>71.387,8</b>	<b>86.341,4</b>	<b>80.653,6</b>	<b>104.955,1</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>13.153,4</b>	<b>15.870,4</b>	<b>11.562,3</b>	<b>13.653,5</b>	<b>16.978,4</b>	<b>13.743,5</b>	<b>11.936,3</b>	<b>15.004,4</b>	<b>13.036,2</b>	<b>15.414,3</b>	<b>16.410,9</b>	<b>19.513,1</b>	<b>21.910,2</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.842,5	3.033,4	1.443,0	1.890,7	2.757,9	1.470,9	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>71.223,4</b>	<b>52.417,7</b>	<b>63.253,9</b>	<b>52.435,4</b>	<b>57.241,2</b>	<b>62.711,8</b>	<b>60.062,8</b>	<b>72.365,7</b>	<b>51.901,9</b>	<b>55.973,5</b>	<b>69.930,4</b>	<b>61.140,5</b>	<b>83.044,9</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.031,1	13.015,2	16.132,8	13.966,1	13.093,2	16.640,6	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.294,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	980,1	308,2	938,6	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7
i) Dívida Contratual Interna	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8
ii) Dívida Contratual Externa	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	25.171,6	21.956,8	22.756,9	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.021,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	12.712,1	13.211,2	15.005,0	16.801,8	16.763,2	18.397,3	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.798,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.198,4
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-31.821,8</b>	<b>356,6</b>	<b>-12.312,8</b>	<b>1.867,8</b>	<b>-937,2</b>	<b>-13.656,6</b>	<b>-9.863,0</b>	<b>-14.106,3</b>	<b>8.351,7</b>	<b>-3.669,6</b>	<b>-5.839,1</b>	<b>27.837,9</b>	<b>-44.061,9</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>41.250,2</b>	<b>36.383,5</b>	<b>86.856,2</b>	<b>30.352,8</b>	<b>14.882,9</b>	<b>31.923,2</b>	<b>41.348,4</b>	<b>47.784,6</b>	<b>35.096,9</b>	<b>47.304,3</b>	<b>20.936,5</b>	<b>23.959,7</b>	<b>37.397,4</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0
<b>V. DESPESAS</b>	<b>83.287,1</b>	<b>1.777,3</b>	<b>35.107,0</b>	<b>19.237,8</b>	<b>2.437,0</b>	<b>46.678,8</b>	<b>46.687,0</b>	<b>35.197,1</b>	<b>36.140,3</b>	<b>42.237,3</b>	<b>5.699,1</b>	<b>14.036,8</b>	<b>96.816,6</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7
V.1.2 - Dívida Contratual	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)</b>	<b>-42.285,4</b>	<b>34.032,5</b>	<b>51.352,0</b>	<b>11.269,8</b>	<b>13.120,3</b>	<b>-14.125,5</b>	<b>-4.116,0</b>	<b>13.135,1</b>	<b>310,4</b>	<b>8.495,5</b>	<b>16.701,6</b>	<b>9.952,4</b>	<b>-57.636,3</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-40.661,5</b>	<b>1.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>-7.470,0</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-114.520,2</b>	<b>35.986,3</b>	<b>42.794,2</b>	<b>5.512,8</b>	<b>20.946,7</b>	<b>-25.230,1</b>	<b>-20.462,7</b>	<b>-13.083,6</b>	<b>31.272,6</b>	<b>4.621,1</b>	<b>10.348,5</b>	<b>41.662,1</b>	<b>-115.429,0</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jan/2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2011
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>4.338,5</b>	<b>3.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>8.230,0</b>	<b>12.433,2</b>	<b>3.182,1</b>	<b>29.765,8</b>	<b>6.638,7</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>3.680,0</b>	<b>3.901,2</b>	<b>36.052,1</b>
I.1. Emissão de Títulos	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>45.000,0</b>	<b>2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>15.700,0</b>	<b>2.995,2</b>	<b>0,0</b>	<b>35.027,0</b>	<b>18.203,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.729,8</b>	<b>0,0</b>	<b>48.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	36.000,0	0,0	0,0	14.000,0	0,0	0,0	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0
II.2. Encargos da DPMF	9.000,0	2.000,0	0,0	1.700,0	2.995,2	0,0	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-40.661,5</b>	<b>1.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>-7.470,0</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jan/10	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/10	Jan/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>711.371,8</b>	<b>721.828,9</b>	<b>787.551,2</b>	<b>781.781,6</b>	<b>792.885,9</b>	<b>803.862,7</b>	<b>817.622,1</b>	<b>827.005,7</b>	<b>798.941,5</b>	<b>801.837,8</b>	<b>814.042,8</b>	<b>820.335,5</b>	<b>824.552,4</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.949.887,6</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8
DPMFi em Poder do Banco Central	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3
Demais Obrigações Internas	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.238.515,8</b>	<b>1.272.335,8</b>	<b>1.270.342,1</b>	<b>1.364.129,0</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.590,9</b>	<b>1.401.788,8</b>
Disponibilidades Internas	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.948,4
Haveres junto aos Governos Regionais	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4
Haveres da Administração Indireta	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	238.996,4
Haveres Administrados pela STN	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>101.634,7</b>	<b>97.028,6</b>	<b>94.479,0</b>	<b>91.901,3</b>	<b>94.475,2</b>	<b>95.542,7</b>	<b>91.915,1</b>	<b>93.168,9</b>	<b>91.501,1</b>	<b>91.954,7</b>	<b>91.184,1</b>	<b>89.790,1</b>	<b>86.213,9</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>101.927,8</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>
Dívida Mobiliária	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5
Dívida Contratual	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>293,1</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>813.006,5</b>	<b>818.857,5</b>	<b>882.030,2</b>	<b>873.682,9</b>	<b>887.361,1</b>	<b>899.405,4</b>	<b>909.537,2</b>	<b>920.174,6</b>	<b>890.442,7</b>	<b>893.792,5</b>	<b>905.226,9</b>	<b>910.125,6</b>	<b>910.766,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>25,1%</b>	<b>24,7%</b>	<b>26,2%</b>	<b>25,5%</b>	<b>25,2%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,2%</b>	<b>24,0%</b>	<b>23,7%</b>	<b>23,6%</b>	<b>23,8%</b>	<b>23,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jan/10	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/10	Jan/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.949.887,6</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>
<b>I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.355.728,1</b>	<b>1.397.662,8</b>	<b>1.400.381,9</b>	<b>1.492.913,0</b>	<b>1.519.562,6</b>	<b>1.516.501,2</b>	<b>1.509.118,2</b>	<b>1.524.605,6</b>	<b>1.534.404,6</b>	<b>1.552.721,6</b>	<b>1.574.922,4</b>	<b>1.603.940,0</b>	<b>1.542.502,8</b>
LFT	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4
LTN	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3
NTN-B	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3
NTN-C	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6
NTN-F	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8
Dívida Securitizada	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7
Demais Títulos em Poder do Público	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7
<b>I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>600.725,7</b>	<b>603.739,1</b>	<b>665.276,3</b>	<b>661.210,1</b>	<b>673.434,7</b>	<b>679.634,6</b>	<b>677.226,9</b>	<b>668.964,3</b>	<b>684.898,5</b>	<b>691.074,0</b>	<b>694.817,2</b>	<b>703.203,0</b>	<b>698.962,5</b>
LFT	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9
LTN	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3
Demais Títulos na Carteira do BCB	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-23.320,2</b>	<b>-23.752,1</b>	<b>-24.046,9</b>	<b>-24.257,8</b>	<b>-25.117,4</b>	<b>-25.359,5</b>	<b>-25.469,7</b>	<b>-24.510,4</b>	<b>-23.820,3</b>	<b>-24.136,5</b>	<b>-23.749,5</b>	<b>-23.266,3</b>	<b>-28.839,3</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>16.753,9</b>	<b>16.515,0</b>	<b>16.282,0</b>	<b>16.045,2</b>	<b>15.822,3</b>	<b>15.546,0</b>	<b>15.345,9</b>	<b>15.097,6</b>	<b>14.837,2</b>	<b>14.598,4</b>	<b>14.361,2</b>	<b>14.049,7</b>	<b>13.715,1</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>101.927,8</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>80.385,9</b>	<b>76.578,4</b>	<b>74.635,5</b>	<b>72.913,1</b>	<b>75.010,9</b>	<b>74.827,5</b>	<b>71.695,2</b>	<b>73.009,0</b>	<b>72.090,9</b>	<b>72.609,5</b>	<b>72.023,8</b>	<b>69.393,7</b>	<b>66.058,5</b>
Euro	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7
Global US\$	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3
Global BRL	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8
Demais Títulos Externos	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>21.541,9</b>	<b>20.728,6</b>	<b>20.104,6</b>	<b>19.245,1</b>	<b>19.842,1</b>	<b>21.076,6</b>	<b>20.562,0</b>	<b>20.493,7</b>	<b>19.672,8</b>	<b>19.599,6</b>	<b>19.405,6</b>	<b>20.703,0</b>	<b>20.433,4</b>
Organismos Multilaterais	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.051.815,4</b>	<b>2.091.471,6</b>	<b>2.152.633,4</b>	<b>2.238.068,8</b>	<b>2.278.555,2</b>	<b>2.282.226,4</b>	<b>2.268.478,5</b>	<b>2.277.659,7</b>	<b>2.302.083,8</b>	<b>2.326.466,5</b>	<b>2.351.780,7</b>	<b>2.388.023,1</b>	<b>2.312.833,0</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>63,3%</b>	<b>63,1%</b>	<b>63,9%</b>	<b>65,3%</b>	<b>64,8%</b>	<b>64,1%</b>	<b>63,1%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,0%</b>	<b>61,8%</b>	<b>61,4%</b>	<b>62,4%</b>	<b>59,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>12</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jan/10	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/10	Jan/11
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.238.515,8</b>	<b>1.272.335,8</b>	<b>1.270.342,1</b>	<b>1.364.129,0</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.590,9</b>	<b>1.401.788,8</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>323.739,2</b>	<b>354.981,9</b>	<b>351.257,7</b>	<b>369.467,0</b>	<b>383.679,0</b>	<b>365.919,2</b>	<b>341.917,6</b>	<b>337.652,0</b>	<b>360.935,7</b>	<b>374.088,7</b>	<b>380.558,8</b>	<b>405.214,1</b>	<b>323.948,4</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>437.876,7</b>	<b>440.663,7</b>	<b>443.630,7</b>	<b>445.301,5</b>	<b>447.019,1</b>	<b>453.129,7</b>	<b>454.157,0</b>	<b>453.071,2</b>	<b>457.075,3</b>	<b>461.812,1</b>	<b>465.282,6</b>	<b>471.705,5</b>	<b>472.794,4</b>
Bônus Renegociados	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5
Antecipação de Royalties	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>220.090,4</b>	<b>220.930,6</b>	<b>221.178,7</b>	<b>221.766,6</b>	<b>223.810,4</b>	<b>225.674,4</b>	<b>225.710,9</b>	<b>228.566,1</b>	<b>231.334,5</b>	<b>233.609,3</b>	<b>237.126,3</b>	<b>235.226,7</b>	<b>238.996,4</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7
Fundos Constitucionais Regionais	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	58.137,1	58.682,2
Fundos Diversos	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>256.809,5</b>	<b>255.759,6</b>	<b>254.275,0</b>	<b>327.593,9</b>	<b>336.307,7</b>	<b>337.736,4</b>	<b>336.813,5</b>	<b>337.862,0</b>	<b>362.033,1</b>	<b>362.909,6</b>	<b>363.340,8</b>	<b>365.444,6</b>	<b>366.049,6</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7
Haveres de Operações Estruturadas	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3
Haveres Originários de Privatizações	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1
Haveres de Legislação Específica	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4
Demais Haveres Administrados pela STN	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>293,1</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.238.808,9</b>	<b>1.272.614,1</b>	<b>1.270.603,2</b>	<b>1.364.385,8</b>	<b>1.391.194,1</b>	<b>1.382.821,1</b>	<b>1.358.941,2</b>	<b>1.357.485,1</b>	<b>1.411.641,1</b>	<b>1.432.674,0</b>	<b>1.446.553,8</b>	<b>1.477.897,5</b>	<b>1.402.066,7</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>38,2%</b>	<b>38,4%</b>	<b>37,7%</b>	<b>39,8%</b>	<b>39,6%</b>	<b>38,9%</b>	<b>37,8%</b>	<b>37,1%</b>	<b>38,0%</b>	<b>38,0%</b>	<b>37,8%</b>	<b>38,6%</b>	<b>36,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JANEIRO 2011/2010 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	5.211,6	-	-	143,6	143,6	4.650,0	-	-	-	4.713,1	4.713,1
Senado Federal	43.858,0	333,6	-	-	459,4	459,4	785,5	-	-	-	3.623,9	3.623,9
Tribunal de Contas da União	59.523,7	1.338,0	-	-	1.988,8	1.988,8	-	-	-	-	3.103,6	3.103,6
Supremo Tribunal Federal	61.290,1	-	-	-	645,0	645,0	46,5	-	-	-	745,3	745,3
Superior Tribunal de Justiça	17.242,0	5,2	-	-	22,7	22,7	30,0	-	-	-	1.334,9	1.334,9
Justiça Federal	362.639,3	319.498,7	-	-	11.432,0	11.432,0	35.373,9	186.873,6	33,1	33,1	33.120,2	33.153,3
Justiça Militar	7.704,0	103,7	-	-	244,7	244,7	20,2	-	-	-	495,1	495,1
Justiça Eleitoral	450.415,4	12.570,9	-	-	20.917,8	20.917,8	81.953,1	-	-	-	21.837,4	21.837,4
Justiça do Trabalho	179.677,1	8.791,5	-	-	5.919,7	5.919,7	2.390,7	-	-	-	16.598,5	16.598,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.559,8	447,9	-	-	3.761,8	3.761,8	-	-	-	-	8.964,6	8.964,6
Conselho Nacional de Justiça	62.128,7	-	-	-	1.029,4	1.029,4	-	-	-	-	2.446,0	2.446,0
Presidência da República <sup>3</sup>	1.775.554,9	5,2	152,6	-	23.343,7	23.343,7	57.534,0	-	-	-	115.991,2	115.991,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	838.003,8	-	-	-	156.869,6	156.869,6	139.440,6	-	-	-	2.155,3	2.155,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.518.632,8	5,8	-	-	29.226,3	29.226,3	-	-	-	-	37.550,0	37.550,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.875.147,5	4.739,0	763,9	675,7	49.681,3	50.357,0	200,0	-	-	-	165.650,5	165.650,5
Ministério da Fazenda	945.015,3	8.586,3	606,1	606,1	76.294,9	76.901,0	465.824,8	11.335,9	-	-	190.619,4	190.619,4
Ministério da Educação	6.599.115,1	5.615,4	115,9	108,0	554.661,9	554.769,9	358.415,3	-	-	-	1.163.462,0	1.163.462,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	-	-	-	480,4	480,4	-	-	-	-	2.634,9	2.634,9
Ministério da Justiça	1.191.457,8	9,8	-	-	51.253,9	51.253,9	65.059,0	-	-	-	83.136,6	83.136,6
Ministério de Minas e Energia	197.208,3	-	-	-	4.736,2	4.736,2	16.500,0	-	-	-	8.084,1	8.084,1
Ministério da Previdência Social	165.808,7	-	-	-	21.991,1	21.991,1	607,3	-	-	-	18.450,1	18.450,1
Ministério Público da União	160.443,1	200,0	-	-	6.993,1	6.993,1	7.250,0	-	-	-	6.774,1	6.774,1
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	-	-	-	91,1	91,1	-	-	-	-	463,7	463,7
Ministério da Saúde	4.446.449,5	30,5	13,0	13,0	99.435,4	99.448,3	162.140,7	5.141,2	1.904,1	1.904,1	229.973,8	231.877,9
Ministério do Trabalho e Emprego	40.934,3	-	-	-	4.064,9	4.064,9	-	-	-	-	2.202,8	2.202,8
Ministério dos Transportes	13.858.928,0	18.963,9	-	-	538.180,2	538.180,2	368.569,5	-	-	-	1.383.875,8	1.383.875,8
Ministério das Comunicações	46.941,4	-	-	-	405,5	405,5	-	-	-	-	494,5	494,5
Ministério da Cultura	413.450,6	12,6	-	-	10.271,7	10.271,7	-	-	-	-	11.846,0	11.846,0
Ministério do Meio Ambiente	106.312,8	5,0	-	-	1.006,4	1.006,4	116.618,0	-	-	-	61.291,4	61.291,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.830.583,5	0,5	-	-	83.420,0	83.420,0	349.583,9	-	-	-	41.003,0	41.003,0
Ministério do Esporte	1.076.180,3	-	-	-	1.559,8	1.559,8	-	-	-	-	21.659,0	21.659,0
Ministério da Defesa	9.286.517,1	1.587.523,5	14.965,9	14.965,9	489.030,9	503.996,8	298.905,5	6,0	-	-	1.170.400,2	1.170.400,2
Ministério da Integração Nacional	5.394.525,6	47.166,5	-	-	186.173,1	186.173,1	536.747,7	18.282,4	3.000,0	3.000,0	71.584,8	74.584,8
Ministério do Turismo	2.732.313,4	-	-	-	18.128,4	18.128,4	-	-	-	-	54.732,5	54.732,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	347.847,1	-	-	-	17.173,5	17.173,5	-	-	-	-	48.260,5	48.260,5
Ministério das Cidades	7.478.512,8	-	-	-	371.627,0	371.627,0	-	-	-	-	283.403,3	283.403,3
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	863,8	863,8	-	-	-	-	21.732,5	21.732,5
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145,0	145,0
<b>TOTAL</b>	<b>64.255.369,0</b>	<b>2.021.165,2</b>	<b>16.617,3</b>	<b>16.368,6</b>	<b>2.843.529,4</b>	<b>2.859.898,0</b>	<b>3.068.646,1</b>	<b>221.639,0</b>	<b>4.937,3</b>	<b>4.937,3</b>	<b>5.294.559,3</b>	<b>5.299.496,6</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 1 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**JANEIRO / 2011**

### Comentários

Em janeiro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -21,9%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, considerando nesse cálculo o pagamento em dezembro de 2010 da parcela do 1% adicional ao FPM instituída pela Emenda Constitucional 55/2007, não considerando esse fator a redução foi de -3%.

Na comparação com o mês equivalente do ano anterior os repasses de janeiro/2011 foram 50,8% superiores, tal resultado se deve ao aumento da arrecadação bruta, +27%, e também à diminuição do volume de restituições, -92%.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 8.931.770,7 (mil), ante R\$ 11.433.836,7 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil				Variação Nominal	
	Dezembro/2009	Janeiro/2010	Dezembro/2010	Janeiro/2011	Jan/2011	Jan/2011
					Dez/2010	Jan/2010
FPM	3.526.052,2	3.029.193,1	6.936.392,4	4.567.382,8	-34,2%	50,8%
FPE	3.369.338,6	2.894.562,1	4.497.444,3	4.364.387,9	-3,0%	50,8%
IPI-Exp	215.688,2	226.763,5	327.817,2	317.943,3	-3,0%	40,2%

Observações: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Os valores do FPM de dezembro (2009 e 2010) incluem a parcela da Emenda Constitucional 55/2007

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JANEIRO	- 10 %	- 3 %	- 10 %	- 3 %	- 17 %	- 3 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR/
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 11 %	- 31 %	+ 13 %
IPI - EXP	- 2 %	- 12 %	- 13 %



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2010 a 20/01/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	2.759.364	9.734.637	12.494.002	JAN/1º DEC	2.148.968	2.248.920	220.749	<b>4.618.638</b>
JAN/1º DEC	819.969	4.188.537	5.008.506	JAN/2º DEC	861.463	901.531	65.598	<b>1.828.592</b>
JAN/2º DEC	394.958	7.476.883	7.871.841	JAN/3º DEC	1.353.957	1.416.931	31.597	<b>2.802.484</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.974.291</b>	<b>21.400.057</b>	<b>25.374.348</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.364.388</b>	<b>4.567.383</b>	<b>317.943</b>	<b>9.249.714</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Na arrecadação bruta do primeiro decêndio de jan/11 estão incluídas receitas de IR no valor de R\$ 668.675 (mil) e de IPI no valor de R\$ 149.699 (mil), decorrentes de classificação por estimativa efetuada pela S. Receita Federal do Brasil com fulcro na Portaria MF nº 232/09, referente a valores arrecadados no período de nov/09 a nov/10, ocorrendo o crédito respectivo das transferências constitucionais em 19/01/11.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	22.598,5	149.305,7	39,1
ALAGOAS	AL	108.608,9	181.562,9	497,5
AMAZONAS	AM	67.468,2	121.783,9	3.276,5
AMAPÁ	AP	16.185,6	148.912,9	358,0
BAHIA	BA	418.912,9	410.086,6	19.273,4
CEARÁ	CE	238.055,3	320.210,8	2.532,8
DISTRITO FEDERAL	DF	7.637,5	30.123,0	402,0
ESPÍRITO SANTO	ES	78.529,9	65.465,8	15.555,0
GOIÁS	GO	166.611,5	124.083,9	5.241,5
MARANHÃO	MA	189.922,9	315.030,2	3.239,0
MINAS GERAIS	MG	598.345,1	194.411,7	41.667,0
MATO GROSSO DO SUL	MS	69.493,8	58.133,6	4.012,3
MATO GROSSO	MT	83.330,3	100.725,7	4.598,1
PARÁ	PA	166.082,9	266.751,4	14.202,1
PARAÍBA	PB	147.476,7	209.006,2	489,9
PERNAMBUCO	PE	229.024,7	301.151,5	1.983,4
PIAUI	PI	116.195,1	188.602,7	103,3
PARANÁ	PR	307.976,0	125.834,0	26.209,0
RIO DE JANEIRO	RJ	133.983,7	66.674,8	56.417,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	114.995,5	182.339,8	417,9
RONDÔNIA	RO	40.147,0	122.883,7	547,6
RORAIMA	RR	14.050,7	108.267,4	27,5
RIO GRANDE DO SUL	RS	309.384,9	102.772,6	34.791,5
SANTA CATARINA	SC	177.811,7	55.855,4	18.188,9
SERGIPE	SE	66.363,5	181.353,4	107,1
SÃO PAULO	SP	609.326,4	43.643,9	63.588,7
TOCANTINS	TO	68.863,5	189.414,4	176,8
<b>TOTAL</b>		<b>4.567.382,8</b>	<b>4.364.387,9</b>	<b>317.943,3</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)